

Bolsas
Na sexta-feira

0,47%

São Paulo

0,53%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

173.885

177.999

28/7

29/7

30/7

31/7

Dólar

Na sexta-feira

R\$ 5,070

(+ 0,18%)

Salário mínimo

Últimos

R\$ 1.621

Euro

Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,846

CDI

Ao ano

14,15%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

13,96%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

0,70

0,88

0,67

0,58

0,16

CONTAS PÚBLICAS

Dívida pública chega a 81,9% do PIB

Em valores, o montante corresponde a R\$ 10,809 trilhões. O deficit primário supera projeções do mercado, atingindo R\$ 55,31 bilhões em junho, e especialistas veem dificuldades para o governo zerar o rombo fiscal em 2026

» RAFAELA GONÇALVES

O setor público consolidado registrou deficit primário de R\$ 55,313 bilhões em junho, o pior resultado para o mês desde 2021 e acima das expectativas do mercado. Ao mesmo tempo, a dívida bruta avançou para 81,9% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar em mais de quatro anos, reforçando as preocupações sobre a trajetória das contas públicas em um cenário de crescimento econômico mais moderado e juros elevados.

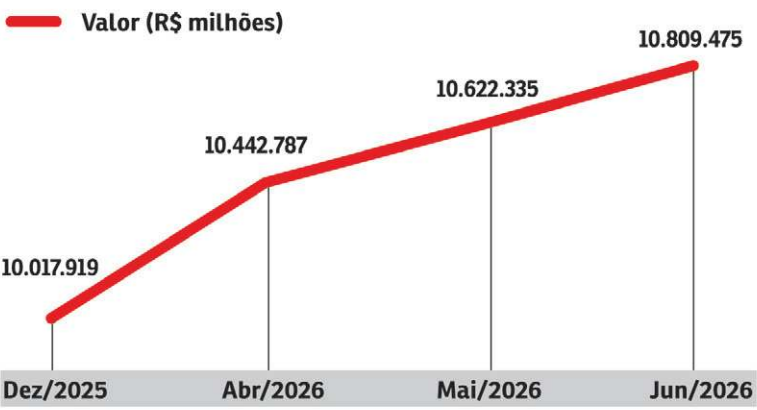
O resultado primário — diferença entre receitas e despesas, sem considerar o pagamento de juros da dívida — ficou acima da mediana das projeções do mercado, que apontava saldo negativo de R\$ 49,3 bilhões. Apesar da leve melhora em relação ao deficit de R\$ 56,131 bilhões registrado em maio, o desempenho foi o pior para um mês de junho desde 2021, quando o rombo chegou a R\$ 65,508 bilhões. No acumulado de 12 meses até junho, o setor público registra resultado negativo de R\$ 1,32 trilhão.

Pelos dados do Banco Central, o governo central — formado por Tesouro Nacional, Banco Central e INSS — concentrou a maior parte do resultado negativo, com deficit de R\$ 47,236 bilhões. Estados e municípios tiveram saldo negativo conjunto de R\$ 6,609 bilhões, enquanto as empresas estatais registraram deficit de R\$ 1,468 bilhão. Entre os governos regionais, os Estados apresentaram deficit de R\$ 8,189 bilhões, parcialmente compensado pelo superavit de R\$ 1,581 bilhão dos municípios.

Em paralelo, a dívida bruta passou de R\$ 10,622 trilhões para R\$ 10,809 trilhões entre maio e junho, elevando a relação dívida/PIB de 81% para 81,9%, o maior nível desde abril de 2021. Já a dívida líquida também cresceu, passando de 67,9% para 68,5% do PIB,

Dívida bruta do governo geral

Em junho a dívida atingiu 81,9% do PIB



INDICADOR	VALOR EM JUNHO/2026 (R\$ MILHÕES)
Resultado primário do setor público	Deficit de 55.313,0
Resultado primário do Governo Central	Deficit de 47.235,9
Juros nominais pagos pelo setor público	110.652,7
Resultado nominal total	Deficit de 165.965,7

Fonte: BC.

o equivalente a R\$ 9,034 trilhões.

Para Murilo Viana, especialista em contas públicas da Finance Consultoria, os números de junho ainda não comprometem, por si só, a meta fiscal de 2026, mas evidenciam as dificuldades para estabilizar o endividamento brasileiro. Segundo ele, o governo ainda conta com fatores que favorecem a arrecadação neste ano, como o bom desempenho das exportações de petróleo e receitas extraordinárias, além de flexibilizações previstas no arcabouço fiscal para despesas com precatórios, saúde, defesa nacional e ressarcimentos ligados ao INSS.

“Há uma perspectiva positiva de cumprimento da meta neste ano, mas isso não significa estabilização da dívida. Mesmo que a meta seja

alcançada, ela ainda admite deficit primário, o que dificulta conter o avanço do endividamento”, afirma.

Na avaliação do economista, a deterioração fiscal também reflete problemas estruturais. Ele cita o desempenho das empresas estatais, especialmente dos Correios, que enfrentam perda de competitividade, queda de receitas, necessidade de reestruturação e dificuldades para investir diante da piora da situação financeira.

“O caso dos Correios é o mais grave entre as estatais. A empresa perdeu competitividade para operadores privados, especialmente no segmento de entregas, e hoje enfrenta custos elevados, receitas em queda e necessidade de uma ampla reestruturação”, observa.



Além do resultado primário, Viana ressalta que a trajetória da dívida depende de outros fatores igualmente importantes, como o pagamento de juros e o ritmo de crescimento da economia. “O crescimento do endividamento depende do resultado primário, mas também dos juros e do avanço do PIB. Hoje temos uma economia que começa a desacelerar, despesas obrigatórias crescendo acima do limite do arcabouço fiscal e um cenário de juros reais muito elevados, que torna a gestão da dívida ainda mais desafiadora”, explica.

Na avaliação dele, a estabilização da relação entre dívida e PIB exigiria um esforço fiscal muito maior do que o atualmente projetado. “Para estabilizar a dívida, não

basta zerar o resultado primário. O país precisaria gerar um superavit primário efetivo entre 2% e 2,5% do PIB. Hoje estamos muito distantes desse patamar”, afirma.

Além da meta fiscal

Considerada um dos principais indicadores de sustentabilidade das contas públicas, a dívida bruta é acompanhada por investidores e agências internacionais de classificação de risco para avaliar a capacidade de pagamento do país. Quanto maior o endividamento, maior tende a ser a percepção de risco sobre a situação fiscal.

O presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), Haroldo da Silva,

avalia que o resultado de junho aumenta a pressão sobre o cumprimento da meta fiscal, embora ainda não a inviabilize. “O resultado deve ser analisado ao longo de todo o exercício. Há sazonalidade na arrecadação e na execução das despesas, mas o deficit acima das expectativas reduz a margem de segurança para o restante do ano”, afirma.

Segundo ele, a rigidez das despesas obrigatórias, a dinâmica previdenciária e assistencial e a dependência de receitas extraordinárias explicam parte da deterioração observada em junho. Haroldo também chama atenção para o aumento da rigidez orçamentária provocado pela liberação de recursos em ano eleitoral.

Ele ressalta que o próximo governo terá de enfrentar o desafio de conter essa trajetória em um ambiente marcado por despesas obrigatórias crescentes, juros elevados e risco de desaceleração econômica. “Os principais riscos continuam sendo o crescimento das despesas obrigatórias, a dificuldade de produzir superavits primários consistentes, juros elevados por um período prolongado e uma economia crescendo menos, o que reduz a arrecadação”, diz.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta semana que o governo federal trabalha para encerrar 2026 com deficit primário zerado e que, “com alguma sorte”, poderá registrar um superavit nas contas públicas.

Apesar da avaliação, Haroldo considera esse cenário pouco provável. “Isso exigiria uma combinação muito favorável de arrecadação acima do esperado, controle rigoroso das despesas, crescimento econômico sustentado e concretização integral das receitas extraordinárias. Mesmo assim, o verdadeiro desafio continuará sendo estabilizar a dívida pública, já que o peso dos juros permanece elevado”, conclui.

MERCADO FINANCEIRO

Pix já pode ser usado para pagamentos em oito países

Brasileiros já podem usar Pix para pagar compras em oito países sem recorrer ao cartão de crédito ou dinheiro em espécie. A modalidade está disponível em alguns estabelecimentos do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos, Portugal, Espanha e França por meio de parcerias entre bancos, fintechs e empresas de pagamentos.

Na prática, o funcionamento é semelhante ao do Pix no Brasil. O estabelecimento gera um QR Code na maquininha, que é escaneado pelo aplicativo do banco brasileiro. Antes da confirmação, o cliente visualiza o valor final em reais, já com a conversão cambial e as tarifas aplicáveis. Após a autenticação por senha ou biometria, a empresa responsável pela operação liquida o pagamento ao comerciante na moeda local.

Apesar do avanço, o Banco Central esclarece que não existe um Pix internacional oficial.

As operações são intermediadas por instituições autorizadas a operar câmbio, que convertem automaticamente o valor da compra para a moeda local no momento da transação.

O pagamento no exterior está disponível apenas em estabelecimentos parceiros integrados às plataformas de conversão cambial, principalmente em destinos turísticos. Nesses locais, o valor da compra é convertido automaticamente para a moeda local no momento da transação.

Como não se trata de um sistema oficial de pagamentos internacionais operado pelos governos dos países onde o serviço está disponível, sua utilização ainda é restrita às redes privadas que oferecem essa tecnologia. Além disso, as operações estão sujeitas à cobrança de impostos, como o IOF, e à incidência de custos relacionados à conversão da moeda, como o spread cambial.

Bruno Peres/Agência Brasil



Apesar do avanço para outros países, o BC esclarece que ainda não há um Pix internacional oficial

Custo

O principal diferencial da modalidade é o custo. Enquanto

compras internacionais no cartão de crédito estão sujeitas ao IOF de 5,38%, além da cotação do dólar turismo, os pagamentos via Pix

utilizam o câmbio comercial, normalmente mais vantajoso, e podem ter tributação menor. O sistema também elimina a necessidade

de transportar dinheiro em espécie ou trocar moeda antes da viagem.

Atualmente, a solução está presente em hotéis, restaurantes, lojas e atrações turísticas de destinos bastante procurados por brasileiros, incluindo cidades como Miami, Orlando, Lisboa, Madri e Paris.

Acordos internacionais

A expansão do serviço ocorre por meio de acordos entre instituições financeiras e empresas de tecnologia. No Chile, a operação é realizada em parceria entre a PagBrasil e a VirtualPOS. Na Argentina, o Banco do Brasil firmou acordo com o Banco Patagonia para disponibilizar o pagamento em milhares de estabelecimentos.

No Uruguai, o serviço é oferecido pela Getnet, enquanto, nos Estados Unidos, a integração é feita pela Verifone. A infraestrutura de liquidação internacional também conta com plataformas de câmbio e bancos especializados nas operações entre os países. (RG)